

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região.

Edição n° 009/2023, dezembro de 2023

Quem somos?



O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região, coordenado pelo Desembargador Federal Luiz Antonio Soares e auxiliado pelas Juízas Federais Convocadas Aline Miranda e Cristiane Conde, é o órgão do TRF2 responsável pelo planejamento e estruturação dos métodos não adversariais de solução de conflitos nas demandas entre cidadãos e entes públicos, tendo por missão promover a cultura da paz social, oferecendo meios consensuais para a solução de conflitos, procedendo de acordo com os parâmetros da Resolução CNJ 125/2010, atuando, diariamente, através de seus órgãos de execução: CESOL-RJ, CESOL-ES, CESOL BAIXADA, CESUL, CESNITA, CESOL DE SÃO GONÇALO, CENORTE, CESOL DE SÃO PEDRO DA ALDEIA e CESOL NOVA FRIBURGO.

TRF2 LANÇA CAMPANHA PARA PARTICIPAÇÃO DE MAGISTRADOS NA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO

A ideia de que a conciliação é a via mais rápida e simples para pôr fim à angústia de um conflito é a inspiração da campanha da edição de 2023 da Semana Nacional de Conciliação. O evento promovido anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com as Justiças Federal, Estadual e do Trabalho, realiza-se entre 6 a 10 de novembro. Conciliação: A um passo da solução – esse é o mote da XVIII Semana Nacional de Conciliação.

Na Justiça Federal da 2ª Região, o trabalho é coordenado pelo Núcleo de Solução de Conflitos (NPSC2), órgão vinculado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

São os próprios tribunais que selecionam os processos com chances de conciliação, para entrar na pauta da ação que promove a negociação entre as partes, buscando resolver a disputa com ganhos para todos os envolvidos. Por conta disso, o NPSC2 convidou magistrados, servidores e conciliadores da Justiça Federal do Rio de Janeiro e do Espírito Santo para participar do projeto.



Meta 3 do CNJ

A expectativa é que, com o engajamento das varas e juzgados, a 2ª Região avance mais no cumprimento do compromisso de resolver ao menos 8% dos processos em tramitação pela via da conciliação. O índice foi definido como meta para a Justiça Federal em 2023, durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que reuniu o CNJ e as cortes da Justiça comum e especializada. Na ocasião os tribunais firmaram com o CNJ um pacto com 16 metas. A que se refere à conciliação é a Meta nº 3. O TRF2 mantém atualmente, em destaque em seu site, link para um painel interativo que fornece acompanhamento, em tempo real, dos percentuais de atingimento das metas de 2023 da Justiça Federal, com dados do primeiro e do segundo grau da 2ª Região.

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região.

Edição n° 009/2023, dezembro de 2023

Especificamente em relação à Meta nº 3, faltando dois meses para o fim do ano o índice de cumprimento está em 87%, com 18,8 mil acordos formalizados, somando-se homologações de acordos em processos judiciais e em pedidos pré-processuais.

Fonte: Intranet TRF2

CENTRO 100% DIGITAL REALIZA MUTIRÃO NA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO

As audiências de conciliação realizadas ao longo da semana da campanha são orientadas pela Resolução CNJ n. 125/10, que trata da "Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário". Os princípios norteadores do normativo são a informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual.

O NPSC2 atua em conjunto com nove Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania das capitais e do interior dos dois estados da Justiça Federal da 2ª Região.



Nos mutirões que realiza ao longo do ano, e na campanha do CNJ, o órgão atua por meio do seu Centro de Conciliação 100% Digital (C100%).

Nesse sistema - concebido e desenvolvido pelo próprio NPSC2 - a solução dos conflitos incluídos na pauta é negociada no fórum de conciliação virtual, diretamente no sistema processual eletrônico e-Proc do Tribunal ou por meio de audiências virtuais de conciliação.

Em 2022, a Justiça Federal da 2ª Região realizou 6,1 mil audiências. No total, a conciliação foi alcançada em quase 4,4 mil casos, e o total de acordos firmados somou mais de R\$ 8,6 bilhões.

Fonte: Intranet TRF2

AULAS PRESENCIAIS DO CURSO DE CONCILIADORES JUDICIAIS SÃO REALIZADAS NO TRF2

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2), por meio da Escola de Mediação da 2ª Região, cumprindo o cronograma do Curso de Formação de Conciliadores Judiciais, ministrou, na segunda-feira 23/10/2023, aula presencial referente à Unidade 2, de tema "Teoria do Conflito, Teoria dos Jogos e Negociação".

No dia 23/10/2023, sob a tutoria da coordenadora do NPSC2, Danielle Carvalho, foram abordadas as vertentes mais utilizadas sobre o que é o conflito, como esse processo pode ser escalado e os possíveis caminhos para a obtenção de um resultado satisfatório para as partes.

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região.

Edição n° 009/2023, dezembro de 2023

Ao final do encontro, foi realizada uma dinâmica, em que os participantes foram divididos em duplas e exercitaram, através de exemplo prático, os possíveis resultados de uma disputa conforme a teoria de Nash.



Participantes do Curso de Conciliadores Judiciais

Além dessa aula que ocorreu em outubro, a Escola de Mediação também promoveu aula presencial referente à unidade IV do Curso de Conciliadores Judiciais, que foi realizada no dia 07/11/2023 e contou com a ilustre participação do Diretor-Geral do NPSC2 desembargador federal Luiz Antônio Soares.

DIRETOR-GERAL DO NPSC2 MINISTRA AULA DO CURSO DE CONCILIADORES JUDICIAIS

O Diretor-geral do NPSC2, desembargador federal Luiz Antonio Soares, juntamente com as juízas federais convocadas em auxílio ao Núcleo, Cristiane Chmatalik e Aline Miranda, ministraram a aula sob o tema "A Atuação do Conciliador", na qual foi realizada discussão acerca de princípios e ferramentas inerentes a prática conciliatória, assim como seus preceitos éticos.

Ao final do encontro, foram realizadas simulações nas quais os conciliandos foram divididos em grupos e, sob auxílio dos tutores, puderam praticar o que é esperado em uma audiência de conciliação real, concretizando oportunidade de muito aprendizado para os cursistas.



Ao centro, a juíza federal Aline Miranda, o diretor-geral do NPSC2, desembargador federal Luiz Antonio Soares, e a juíza federal Cristiane Chmatalik



CESOL-RJ PROMOVE ACORDO EM PROCESSO RELACIONADO À INFÂNCIA E JUVENTUDE DURANTE A SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO

Durante a Semana Nacional da Conciliação - promovida pelo CNJ e realizada de 6 a 11 de novembro - o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CESOL-Rio) foi responsável pela designação de 433 audiências e homologação de 350 acordos, pondo fim a processos, relacionadas ao direito do consumidor, responsabilidade civil, execuções fiscais e processos previdenciários.

Este ano, a novidade ficou por conta de um acordo realizado em um processo relacionado à infância e juventude. Vale lembrar que o Cesol-Rio foi convidado pela Coordenação-Geral de Adoção e Subtração Internacional de Crianças e Adolescentes (ACAF) a iniciar um Projeto Piloto de Cooperação Internacional em Subtração Internacional de Crianças, com base na Convenção de Haia de 1980, para resolução de conflitos na fase administrativa, mediante utilização de Reclamações Pré-Processuais.



De acordo com a juíza federal coordenadora do CESOL, Dra. Karina de Oliveira e Silva, "foi dado um tratamento humanizado ao conflito, com várias sessões de acolhimento dos genitores, seja pelos mediadores ou o pelo apoio psicológico, dispensado em sessões individuais aos pais e à criança". A magistrada comemora o primeiro acordo realizado em Reclamação Pré-Processual, "pois, sem dúvida, reduziu em muito as experiências traumatizantes a que a criança seria submetida se o conflito perdurasse e fosse à juízo", disse.

Já a mediadora e coordenadora do CESOL-RJ, Silvana Câmara, afirmou que sentiu realizada "por ter conseguido colocar em prática um formato de mediação que ofereceu um atendimento célere e humanizado para os pais (...) Tudo terminou com um acordo, realizado no período de seis semanas, prazo recomendado pela Convenção de Haia de 1980", contou Silvana.

A coordenadora destacou, também, a importância da participação da psicóloga da SJRJ, Daniela Cajazeira, que realizou diversas sessões de apoio aos pais.

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região.

Edição n° 009/2023, dezembro de 2023

TRF2 HOMOLOGA QUASE 1,6 MIL ACORDOS NA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2023

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) concluiu sua participação na edição de 2023 da Semana Nacional de Conciliação com quase 1,9 mil audiências designadas e quase 1,6 mil acordos homologados. Ao todo, cerca de 2,8 mil pessoas foram atendidas pelos centros judiciários atuantes da 2ª Região nesta edição do esforço concentrado realizado em cinco dias, de 6 a 10 de novembro.

O maior número de audiências ocorreu em processos dos juzgados especiais federais, e o assunto mais conciliado foi o de responsabilidade civil, em ações movidas por clientes da Caixa Econômica Federal (CEF). Na sequência, os processos referentes à concessão de auxílio-doença previdenciário foram o segundo tema mais frequente nas audiências.

O sucesso da empreitada realizada sob a coordenação do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF2 (NPSC2) se deve, inicialmente, a uma preparação para o evento iniciada com meses de antecedência.

Durante a organização, o órgão promove rodadas de reuniões interinstitucionais com os entes mais demandados na Justiça Federal – a CEF, o INSS e a União, por exemplo – para traçar os critérios para as propostas de acordo e iniciar a triagem de processos aptos à conciliação.

Além disso, o NPSC2 conta com um banco de mediadores e conciliadores formados pela Escola de Mediação da Justiça Federal da 2ª Região. Neste ano, 86 conciliadores voluntários ou servidores do quadro atuaram no projeto.

Graças ao trabalho diário realizado pela equipe da Conciliação, o número de acordos homologados pelo NPSC2 e pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania da 2ª Região foi 20% maior em 2023, em comparação com o ano passado.

Com isso, o TRF2 tem avançado no atingimento da Meta Nacional do Poder Judiciário nº 3, direcionada justamente à promoção da conciliação.

Neste mês de novembro, o TRF2 alcançou o percentual de 92% do cumprimento dessa meta, que integra um dos 11 compromissos para 2023 firmados pelas cortes brasileiras no 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário.



Parabéns à equipe do NPSC2, aos conciliadores e a todos dos Centros de Conciliação da 2ª Região pelo esforço e empenho!!



TRF2 REALIZA CERIMÔNIA DE ENTREGA DE CERTIFICADOS PARA CONCILIADORES E MEDIADORES

A Escola de Mediação do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) realizou, na manhã do dia 11 de dezembro de 2023, no Auditório da Corte, a cerimônia de entrega de certificados aos alunos que concluíram os cursos: Formação de Conciliadores e Formação de Mediadores Judiciais.

A mesa diretora do evento foi composta pelas juízas federais Paula Patrícia Provedel Mello Nogueira, representando a Presidência do TRF2; Aline Alves de Melo Miranda Araújo; e Cristiane Conde Chmatalik, ambas convocadas em auxílio ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região (NPSC2).

Em função do estágio supervisionado exigido para a certificação (60 horas), os alunos concluem o curso em datas diferentes, uma vez que depende da disponibilidade de cada participante para fazer a parte prática. Já a parte teórica possui datas definidas. Sendo assim, a cerimônia englobou formandos das turmas de conciliadores/mediadores de 2021 a 2023.

Na ocasião, oito conciliadores judiciais e quatro mediadores judiciais receberam o certificado. Após a certificação, os conciliadores e mediadores judiciais estão aptos para a condução de audiências de conciliação em diversas matérias.



A Escola de Mediação do TRF2 realiza cerimônia de entrega de certificados aos alunos que concluíram os Cursos de Formação de Conciliadores e Mediadores Judiciais



No dia 14/12/2023, foi a vez dos alunos do Espírito Santo receberem o certificado de conclusão do Curso de Formação de Conciliadores e do Curso de Formação de Mediadores Judiciais. Estiveram presentes na cerimônia as juízas federais Aline Alves de Melo Miranda Araújo e Cristiane Conde Chmatalik e a coordenadora do NPSC2, a servidora Danielle Cruz Freire de Carvalho.



Parabéns aos novos Conciliadores e Mediadores Judiciais!

DESTAQUE DO MÊS

NESTA EDIÇÃO VAMOS CONHECER UM POUCO SOBRE O CENTRO DE CONCILIAÇÃO PARA CAUSAS COMPLEXAS

O Centro de Conciliação para Causas Complexas, vinculado ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, no âmbito do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (NPSC2), foi instituído e regulamentado por meio da Portaria TRF2-PTP-2021/00275, de 21 de Junho de 2021, atendendo aos parâmetros da Resolução 125/2010, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

Conforme dispõe o art. 1º da referida Portaria, foram criados o Centro Judiciário Ambiental (CEJUSC Ambiental) e o Centro Judiciário de Saúde (CEJUSC Saúde), que se destinam a buscar soluções consensuais entre as partes envolvidas nos processos de causas complexas, assim definidas as demandas em que exista grande número de pessoas afetadas pelo interesse em litígio e nos quais haja relevante impacto social ou ambiental.

Cada um dos CEJUSC's é coordenado por um magistrado, sem prejuízo da atuação em sua Vara de Origem. **O Centro Judiciário de Saúde (Cejus Saúde) é coordenado pela Juíza Federal Dra. Maria Amélia Almeida Senos e o Centro Judiciário Ambiental (Cejus Ambiental) pela Juíza Federal Dra. Ana Carolina Vieira de Carvalho**, ambos os centros contam com o trabalho da servidora Renata Bêrenger Samarcos de Almeida.

Os processos são encaminhados, através de movimentação pelo sistema E-Proc, com indicação do Centro Judiciário correspondente, conforme a matéria envolvida, através de remessa voluntária do Magistrado originário, independentemente de sua fase processual.

Atualmente o Centro Judiciário Ambiental (Cejus Ambiental) possui 20 processos em fase de tratativas. Dentre os processos com termo de acordo judicial homologado no CEJUSC Ambiental, há a Ação Civil Pública de nº 0151584-90.2015.4.02.5111, proposta pelo Ministério Público Federal em face de Petróleo Brasileiro S.A.-Petrobrás; Petrobrás Transporte S/A- Transpetro; Estaleiro Brasfels Ltda, Vale S.A

BOLETIM INFORMATIVO

NPSC 2



Fique por dentro da conciliação no TRF da 2ª região.

Edição n° 009/2023, dezembro de 2023

Terminal Ilha Gualba (TIIG), Technip Operadora Portuária S/A, IBAMA e ICMBio.

Os autos foram recebidos pelo CCFCA no dia 28.07.2020, sendo realizadas quatro audiências, nos dias: 01.09.2020, 03.11.2020, 09.03.2021 e 19.04.2021. Nessa última data, foram estabelecidos os termos do acordo, que foi homologado por meio de sentença prolatada no dia 28.06.2021.

Nos termos do acordo celebrado, a Petrobrás comprometeu-se a cumprir o Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Invasoras -PPCEX, à luz do Plano Coral -Sol (aprovado pela Portaria IBAMA 3.642/18) e as rês acordaram em custear medidas compensatórias no valor de cerca de 18 milhões.

Os CEJUSC's foram idealizados considerando a conciliação como instrumento promissor para o cumprimento de medidas pleiteadas em ações coletivas, contribuindo para a busca da solução pacífica dos conflitos. E é nesse sentido que os CEJUSC's têm atuado e cumprido fielmente as atribuições para as quais foram criados. Parabéns a toda a equipe do Cejuse Saúde e Cejuse Ambiental.

Legenda da foto: 1 - Juíza Federal Maria Amélia Almeida Senos. 2 - Juíza Federal Ana Carolina Vieira de Carvalho. 3 - Sevidora Renata Bérenger Samarcos de Almeida.



Produção do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos da 2ª Região

Desembargador Federal Luiz Antonio Soares

Juíza Federal Convocada em Auxílio Aline Alves de Melo Miranda Araújo

Juíza Federal Convocada em Auxílio Cristiane Conde Chmatalik

Juíza Federal Coordenador do Centro de Conciliação 100% Digital Alfredo Jara Moura

Juíza Federal Coordenador Adjunto Júlio Emílio Abranches Mansur

Danielle Cruz Freire de Carvalho

Aline Damascena de Amorim

Aline Silva Cunha

Gabriela Lorenz Amaral Alves de Souza

Lucas de Sequeira Batista Leventhagen

Rachel Salette de Oliveira Cavalcante

Renata Bérenger Samarcos de Almeida

Rosângela de Araújo Fernandes

Vivian Miranda Martins

Jean Lucas Magalhães Ernesto Gaullier – estagiário

Juliana Guimarães Barreto – estagiária

Raphael Ribeiro da Cunha Ataia – estagiário